



ATA N.º 25/2025

Data da reunião ordinária: 18/12/2025

Início da reunião: 14:10 horas

Fim da reunião: 15:37 horas

A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.

Membros que comparecem à reunião:

Presidente:

Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves

Vereadores

Ana Isabel Alves Dias

Jorge Carneiro Morais Fidalgo

José João Afonso Carvalho de Moura

Sandra Manuela Justo Alves de Sousa

Nuno Miguel Mota Barroso

José Manuel Pereira de Carvalho

Responsável pela elaboração da ata:

Nome: Maria Fernanda Dinis Moreira

Cargo: Chefe da Divisão Administrativa



ATA N.º 25

Reunião ordinária da Câmara Municipal de Montalegre, realizada no dia 18 de dezembro de 2025.

No dia dezoito de dezembro de dois mil e vinte e cinco, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Montalegre, sob a presidência da Senhora Presidente da Câmara Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, e com a participação dos Senhores Vereadores Dra. Ana Isabel Alves Dias, Dr. José João Afonso Carvalho de Moura, Dra. Sandra Manuela Justo Alves de Sousa, Dr. Jorge Carneiro Morais Fidalgo, Nuno Miguel Mota Barroso, José Manuel Pereira de Carvalho e comigo, Maria Fernanda Dinis Moreira, na qualidade de secretária. _____

Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, quando eram catorze horas e dez minutos, foi declarada aberta a reunião, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia, disponibilizada aos membros do executivo, no dia dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e cinco, na plataforma de gestão documental *sharepoint*, documento que vai ficar arquivado no maço de documentos relativos a esta reunião, como *doc. n.º 1*. _____

1- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 24/2025, RELATIVA À REUNIÃO ORDINÁRIA DE 09 DE DEZEMBRO.

2- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

3- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

3.01. PROGRAMA ABEM: REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO – PROPOSTA;

3.02. PROGRAMA “OLHARES PELA MATERNIDADE” – PROPOSTA;

3.03. TARIFÁRIOS ESPECIAIS - TARIFÁRIO SOCIAL DE ÁGUA – PROPOSTA;

3.04. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – PROCESSO N.º 99/03/EDU/2025 – PROPOSTA;

3.05. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ATRIBUIÇÃO DE APOIO SOCIOEDUCATIVO PARA O ANO LETIVO – 2025/2026 – CONHECIMENTO;



3.06. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTALEGRE E A ASSOCIAÇÃO WFMONTALEGRE 50+ – PROPOSTA;

3.07. PEDIDO DE ACORDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA – SANEAMENTO – RSU - ACORDO N.º 062251100004 (CIL) 11954 - PROPOSTA;

3.08. RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS NO PERÍODO DE 02/12/2025 A 15/12/2025 – CONHECIMENTO;

3.09. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA N.º 238/2025 – CONHECIMENTO;

3.10. ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ANO 2025, 17ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA – ANO 2025, 15ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO ATIVIDADES MUNICIPAIS – ANO 2025, 17ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO PLURIANUAL INVESTIMENTOS – ANO 2025 - CONHECIMENTO;

3.11. DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2026 – PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA DESPESA E DA RECEITA - GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE ATIVIDADES – MAPA DE PESSOAL PARA 2026 – PROPOSTA;

3.12. SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SIADAP) - ANO 2026 – PROPOSTA;

3.13. CONTRATO-PROGRAMA ENTRE OS MUNICÍPIOS DE BOTICAS, CHAVES, MONTALEGRE, RIBEIRA DE PENA, VALPAÇOS E VILA POUCA DE AGUIAR E EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, SA - MINUTA – PROPOSTA;

3.14. CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTALEGRE E EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, SA - MINUTA – PROPOSTA;

3.15. DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE FISCAL ÚNICO NA EMPRESA EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, SA – PROPOSTA;

3.16. PROTOCOLO PARA CONSTITUIÇÃO DE AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES PARA A CONTRATAÇÃO “DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM AT,MT,BTE,BTN E IP”- CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL –PROGRAMA DE CONCURSO, ANEXO I – DEUCP – CADERNO DE ENCARGOS – CONSUMO ANUAL – PROPOSTA.

I

ATAS

1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 21/2025, RELATIVA À REUNIÃO ORDINÁRIA DE 13 DE NOVEMBRO.



DELIBERAÇÃO: A câmara municipal, depois de ter dispensado a sua leitura com fundamento em ter sido distribuída conjuntamente com a ordem do dia da presente reunião, passou à discussão e votação da aludida ata e deliberou, por unanimidade, a sua aprovação. _____

Não participaram na votação da ata os senhores vereadores Dr. José João Carvalho de Moura e José Manuel Pereira de Carvalho, que faltaram à reunião a que a mesma diz respeito. _____

II

– ANTES DA ORDEM DO DIA –

2 - Intervenções: _____

A senhora vereadora eleita pelo Partido Social Democrata Dra. Sanda Sousa interveio para, em seu nome e em nome dos seus colegas vereadores aqui presentes, desejar a todo executivo um Santo Natal, o qual é extensivo a todos os residentes no concelho e a todos os montalegrenses que se encontram espalhados por esse mundo fora. Formulou votos para que seja um Natal cheio de paz, saúde e fraternidade. Do mesmo modo, referiu que como não verá os presentes em reunião antes do Ano Novo, desde já deseja também a todos um Feliz Ano Novo, com tudo de bom e que todos os desejos se possam concretizar. _____

Seguidamente, o senhor vereador da oposição José Manuel Carvalho perguntou à Senhora Presidente da Câmara se a estrada que vai do Lar de Salto até à igreja velha, onde irá nascer o multifunções, terá sentido único pois parece-lhe ser muito estreita. _____

A Senhora Presidente da Câmara Dra. Maria de Fátima Fernandes respondeu que essa estrada não terá sentido único, pois tem cerca de cinco metros, que é o tamanho suficiente para passarem dois carros. Afirmou ainda que se associava aos votos formulados pela senhora vereadora Dra. Sandra, desejando assim a todos os senhores vereadores e às suas famílias, bem como a todos os barrosões um Santo Natal. Desejou, ainda que o próximo ano possa ser um ano de sucesso, de muitas realizações e que continuemos todos a pugnar por aquilo que nos une, que é o amor à nossa terra, e o desejo de que os nossos concidadãos tenham uma vida digna e feliz. _____

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA –

III

INTERVENÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA

3.01. PROGRAMA ABEM: REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO – PROPOSTA. _____



Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, uma proposta subscrita pela senhora vereadora Dra. Ana Isabel Dias, com competências na área da Ação Social, a qual para os devidos efeitos a seguir se transcreve:____
"À Reunião de Câmara de 18.12.2025 - PROPOSTA: PROGRAMA *Abem*: Rede Solidária do Medicamento _____

No âmbito do PROGRAMA *Abem*: Rede Solidária do Medicamento, e das Normas de atribuição do respetivo benefício/cartão, proponho à Ex.ma Câmara a aprovação da lista anexa dos agregados familiares candidatos que integram o Programa *Abem*, com o deferimento dos processos constantes no n.º 1, alínea a) e a renovação dos processos constantes no n.º 2, alínea a). _____

A Vereadora da Ação Social - Ana Isabel Alves Dias." _____

Em anexo a esta proposta, encontram-se dois quadros os quais se dão aqui por integrados e reproduzidos, onde de forma resumida se propõe o deferimento dos processos n.ºs 165/39/RSM/2025 e 168/40/RSM2025 e a renovação do processo Dignidade n.º2535258 com a devida fundamentação legal. _____

Esta proposta fica arquivada nesta ata sob a forma de cópia como doc. n.º 2. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a proposta apresentada e supratranscrita. _____

À Divisão Sócio Cultural e Educação para os devidos efeitos. _____

3.02. PROGRAMA: "OLHARES PELA MATERNIDADE" – PROPOSTA. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, uma proposta subscrita pela senhora vereadora Dra. Ana Isabel Dias, com competências na área da Ação Social, datada de 18.12.2025, a qual para os devidos efeitos a seguir se transcreve: _____

"À Reunião de Câmara de 18.12.2025 - PROPOSTA - Programa "Olhares pela Maternidade" No âmbito do Regulamento do Programa "Olhares pela Maternidade", foi apresentadas 1 candidatura, correspondente a outras tantas crianças nascidas no concelho de Montalegre. _____

Analisada a mesma, proponho: _____

1.Admissão da candidatura constante da lista anexa (listagem n.º 61), porque cumpre com as condições gerais de atribuição do apoio, definidas no artigo 4º. _____

2.Que seja atribuído o apoio financeiro mensal no valor de 50,00€, com o pagamento a partir do mês de dezembro, concretizado mediante a apresentação dos documentos referidos na alínea b) e e), do artigo 5º e, até a criança perfazer os três anos de idade. _____



3.Considerando que, em cumprimento do disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, que o executivo municipal autorize que a presente proposta possa produzir efeitos financeiros plurianuais, concretizados da seguinte forma: _____

Objeto	Ano de 2025	Ano de 2026
Apoio Financeiro a todas as crianças residentes no concelho, até perfazerem os 3 anos de idade (1)	€ 50,00	€ 600,00

Montalegre, 15 de dezembro de 2025. A Vereadora da Ação Social - Ana Isabel Alves Dias." _____

Esta proposta fica arquivada nesta ata sob a forma de cópia como docs. n.ºs 3 e 4. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a proposta apresentada e nesses termos conceder apoio financeiro à titular do processo n.º167/28/OPM/2025. _____

À Divisão Sócio Cultural e Educação para os devidos efeitos. _____

3.03. TARIFÁRIOS ESPECIAIS - TARIFÁRIO SOCIAL DE ÁGUA – PROPOSTA. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, uma proposta subscrita pela Chefe da Unidade de Inclusão e Ação Social, Dra. Ana Rita Velho Pedreira, datada de 15.12.2025, a qual se dá aqui por integrada e devidamente reproduzida para os devidos efeitos. _____

Sobre esta proposta foi exarado um despacho pela senhora vereadora da Ação Social Dra. Ana Isabel Alves Dias datado de 15.12.2025, o qual refere: "À reunião de câmara com proposta de deferimento." _____

Esta proposta fica arquivada nesta ata sob a forma de cópia como doc. n.º5. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a proposta apresentada e nesses termos atribuir o tarifário social de água ao titular do Proc. N.º 116/11/ACS/2025. _____

À Divisão Sócio Cultural e Educação para os devidos efeitos. _____

3.04. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – PROCESSO N.º 99/03/EDU/2025 – PROPOSTA. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, uma proposta subscrita pelo senhor vereador com competência na área da Educação Dr. Jorge Carneiro de Moraes Fidalgo, datada de 15.12.2025, a qual para os devidos efeitos se transcreve: _____

"À Reunião de Câmara de 18.12.2025 _____

Ação Social Escolar - Despacho nº 8452-A/2015 - Artigo 12.º _____

Processo n.º 99/03/EDU/2025 _____



Proposta: _____

Com fundamento no relatório apresentado pela Chefe de Unidade de Inclusão e Ação Social da DSCE, em anexo, proponho à Ex.ma Câmara que, este agregado familiar seja abrangido pelo artigo 12º do Despacho nº 8452-A/2015, emitido pelo Gabinete do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, em 31 de julho de 2015 que regula as condições de aplicação das medidas de ASE - Ação Social Escolar da responsabilidade do Ministério da Educação e dos Municípios e lhe seja atribuído o escalão 1 da Ação Social Escolar. Consequentemente que seja fornecida, gratuitamente, a refeição do almoço à aluna sinalizada (no ano letivo de 2025/2026) e até estar concluído o processo de atribuição do abono de família. _____

Montalegre e Paços do Município, 15 de dezembro de 2025 _____

O Vereador da Educação - Jorge Carneiro de Morais Fidalgo." _____

Em anexo a esta proposta encontra-se um Relatório Social elaborado pela Chefe da Unidade de Inclusão Social Dra. Rita Pedreira, o qual para os devidos efeitos se dá aqui por integrado e reproduzido. _____

Esta proposta e o seu anexo, ficam arquivados nesta ata sob a forma de cópia como docs. n.ºs 6 e 7. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a proposta apresentada, nos termos e fundamentos em que a mesma se encontra formulada. _____

À Divisão Sócio Cultural e Educação para os devidos efeitos. _____

3.05. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ATRIBUIÇÃO DE APOIO SOCIOEDUCATIVO PARA O ANO LETIVO – 2025/2026 – CONHECIMENTO. _____

Foi presente, para conhecimento do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, uma informação subscrita pelo senhor vereador com competência na área da Educação Dr. Jorge Carneiro de Morais Fidalgo, datada de 11.12.2025, a qual para os devidos efeitos se dá aqui como integrada e reproduzida. De forma resumida, esta informação indica que nos termos das Normas Regulamentares de atribuição de apoios socioeducativos pela câmara municipal, no âmbito da Ação Social Escolar, foram atribuídos para o ano letivo de 2025/2026 os seguintes apoios: _____

a) Total de despesa com fornecimento de fichas de atividades – 22.737,68€; _____

b) Total da despesa com fornecimento do almoço - 72.506,52€. _____

Em anexo a esta informação encontra-se a listagem organizada por nome de aluno, ano, localidade, escalão e respetivo custo, dos apoios socioeducativos atribuídos. _____

Esta informação e o seu anexo ficam arquivados nesta ata sob a forma de cópia como docs. n.ºs 8 e 9. _

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da aludida informação. _____

À Divisão Sócio Cultural e Educação para os devidos efeitos. _____



IV

- CONCESSÃO DE APOIOS / SUBSÍDIOS -

3.06. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTALEGRE E A ASSOCIAÇÃO WFMONTALEGRE 50+ – PROPOSTA.

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, um Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, a celebrar entre o Município e a Associação WFMontalegre 50+, o qual se dá aqui para os devidos efeitos integralmente reproduzido. Pelo presente contrato estipula-se um apoio financeiro para o desenvolvimento desportivo levado a cabo por esta Associação para a época de 2025/2026, no valor de dois mil euros.

O valor da referida comparticipação financeira foi objeto de compromisso com o n.º2025/1216 e de cabimento com o n.º2025/1321 pela Divisão de Finanças em 16.12.2025.

Estes documentos ficam arquivados nesta ata sob a forma de cópias como docs. n.ºs 10 e 11.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a Contrato –Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município e a associação WFMontalegre 50+ e atribuir uma comparticipação financeira para a época desportiva de 2025/2026, no montante de dois mil euros.

À Divisão Administrativa para agendamento deste assunto à próxima sessão do órgão deliberativo.

À Divisão de Turismo Ecomuseu e Desporto para os devidos efeitos.

V

PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E GESTÃO URBANÍSTICA**1 – PLANEAMENTO / ORDENAMENTO****2 – OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO / OBRAS DE URBANIZAÇÃO****3 – OBRAS DE EDIFICAÇÃO****4 – SERVIÇOS URBANOS****3.07. PEDIDO DE ACORDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA – SANEAMENTO – RSU - ACORDO N.º 062251100004 (CIL) 11954 – PROPOSTA.**

Foi presente, para aprovação do executivo municipal, relativamente ao assunto identificado em epígrafe, um acordo de pagamento em prestações do valor de água e saneamento em dívida, no montante de trezentos e cinco euros e setenta e sete cêntimos, relativo ao CIL 11954. Sobre este pedido, foi exarada uma informação pelos serviços respetivos a qual para os devidos efeitos se dá aqui como integrada e reproduzida, onde se propõe o pagamento da referida dívida em



seis prestações mensais. O senhor vereador em regime de tempo inteiro, responsável pela área do ambiente e dos serviços urbanos, Dr. Jorge Carneiro Morais Fidalgo, exarou despacho sobre esta informação que refere: "À reunião de câmara." _____

Este documento, bem como o anexo que se encontra junto, ficam arquivados sob a forma de docs. n.ºs 12 e 13. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o acordo de pagamento em prestações, suprarreferido, relativo ao CIL 11954, o qual ficará sem efeito, caso se verifique a falta de pagamento tempestivo de qualquer uma das prestações em dívida por parte do requerente, situação que determinará o vencimento automático das demais, bem como a cessação do fornecimento de água. _____

À Secção dos Serviços Urbanos e Ambiente para dar execução à presente deliberação e acompanhar a regularidade do cumprimento do acordo de pagamento ora aprovado. _____

**VI
OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS**

**VII
FORNECIMENTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS**

**VIII
GESTÃO AUTÁRQUICA**

1 – GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2 – GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL _____

3.08. RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS NO PERÍODO DE 02/12/2025 A 15/12/2025 – CONHECIMENTO.

Foram presentes pelo Núcleo de Gestão Financeira (NGF), para efeitos de conhecimento do executivo municipal, listagem de ordens de pagamentos efetuados pela autarquia, relativa ao período compreendido entre os dias onze e vinte e oito de novembro do ano em curso na importância global ilíquida de € 1.201.341,77 (um milhão, duzentos e um mil, trezentos e quarenta e um euros e setenta e sete centimos) – ficando arquivado, para os devidos efeitos legais, cópia de tal documento sob a forma de doc. n.º14. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento. _____

3.09. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA N.º 229/2025 – CONHECIMENTO. _____

Foi presente pela secção de tesouraria para conhecimento do executivo municipal, o resumo diário da tesouraria n.º 238, respeitante ao dia 15 de dezembro de dois mil e vinte e cinco, o qual apontava para o total de disponibilidades na ordem de € 8.072.792,55, sendo € 7.280.000,82 a título de dotações orçamentais, e € 792.791,73 a título de dotações não orçamentais. _____



Documento cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido e se arquivar, no maço de documentos relativo à presente ata sob a forma de doc. n.º 15. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento. _____

3.10. ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ANO 2025 - 17ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA – ANO 2025, 15ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS – ANO 2025, 17ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – ANO 2025 – CONHECIMENTO. _____

Foi presente, para conhecimento do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe um despacho exarado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, no dia nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no uso da competência delegada pelo executivo municipal em três de novembro de dois mil e vinte e cinco, que consubstancia a alteração Permutativa aos Documentos Previsionais – ano 2025, como décima sétima alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, décima quinta alteração Permutativa ao Plano de Atividades Municipais e décima sétima alteração ao Plano Plurianual de Investimentos. _____

Estes documentos cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos, ficam anexos ao maço de documentos desta ata sob a forma de docs. n.ºs 16, 17, 18 e 19. _____

A senhora vereadora da oposição Dra. Sandra Sousa observou que, na página nove deste documento, existe uma dotação corrigida para muros de suporte para beneficiação. Perguntou que muros são esses pois os mesmos não estão discriminados. _____

A Senhora Presidente respondeu que esses muros não estão discriminados porque são vários. Porém, caso a senhora vereadora quisesse consultar quais são os processos relativos a esses muros, podia solicitar, mediante agendamento aos serviços, a consulta desses processos. Esclareceu que estas verbas são para fazer face às imprevisibilidades, no caso, por exemplo, de haver derrocadas, pois estas situações acontecem várias vezes e torna-se necessário arranjar esses muros de forma célere. Neste último inverno, já aconteceu isso em vários sítios e teve de se acautelar essas ocorrências. São circunstâncias imprevisíveis, por isso mesmo a câmara tem esta rubrica aberta e, sempre que seja necessário, faz-se o procedimento, que, por norma, é um procedimento de urgência para permitir a mobilidade das pessoas e a sustentação de terras para segurança das vias. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento. _____

À Divisão de Finanças para os devidos efeitos _____

3.11. DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2026 – PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA DESPESA E DA RECEITA - GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE ATIVIDADES – MAPA DE PESSOAL PARA 2026 – PROPOSTA. _____



Foi presente, para deliberação do executivo municipal, o assunto mencionado em epígrafe, constante de um dossier, designado por documentos previsionais para o ano financeiro de 2025, contendo os seguintes documentos: Nota de abertura, Proposta de Aprovação dos Documentos Previsionais, Relatório, Mapas do Orçamento e das Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Atividades Municipais e Plano Plurianual de Investimento), Mapas de Previsão de Empréstimos, Normas de Execução Orçamental e Mapa de Pessoal - *documentos cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos e ficam anexos ao maço de documentos desta ata sob a forma de docs. n.ºs 20,21,22,23,24,25,26,27 e 28.*

A Senhora Presidente da Câmara apresentou uma apreciação sobre os documentos previsionais para o ano de dois mil e vinte e seis, a qual para os devidos efeitos, seguidamente se transcreve: "Plano de Atividades e Orçamento 2026"

Este Plano e respetivo Orçamento procura responder às necessidades da comunidade, às ambições dos diferentes públicos e à estratégia de desenvolvimento pensada para o concelho, assente no desenvolvimento e apoio de ações promotoras de sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos, aumento da competitividade, valorização do capital humano e aposta na inclusão social e no emprego como prioridades de intervenção. O Orçamento da receita, para 2026, totaliza o valor de 34,7 milhões de euros, sendo de igual valor o orçamento da despesa, em cumprimento do equilíbrio orçamental. Há que ter em conta as despesas de funcionamento, de que ressaltam os valores adstritos à recolha e tratamento de resíduos, aumento dos custos de energia e às despesas com pessoal, que totalizam 17.095.000,00 €) da previsão orçamental. Há a acrescentar que as Grandes Opções do Plano preveem um investimento de 11, 7 milhões de euros, estando afetos às funções sociais 6,3 milhões de euros, seguindo-se as funções económicas com 2,3 milhões de euros e as funções gerais com 1,9 milhões de euros. A Despesa de Capital totaliza cerca 11,4 milhões de euros. A maior fatia vai para a aquisição de bens de capital que se encontra consubstanciada no PPI e que absorve, como foi dito, a maior verba nas Funções Sociais (educação, saúde, habitação e serviços coletivos e serviços culturais, recreativos e religiosos), vindo a seguir as Funções Económicas (rede viária, caminhos e arruamentos). O PAM é constituído por despesa corrente, pelas transferências correntes e de capital e as amortizações dos empréstimos. Assume importância o valor atribuído às Funções Sociais, com relevo para a educação, seguindo-se as Funções Económicas (iluminação pública, apoio à agricultura, pecuária e atividades económicas. Para as parcerias com as Juntas de Freguesia estão previstos 438.500€ e para o apoio a associações e entidades diversas um valor global de 2.961.432,00€. Quanto à despesa de capital, esta inclui os valores relativos a várias obras estruturantes com financiamento da União Europeia, com exceção para a requalificação



do Centro de Saúde de Montalegre e polo de Salto, com financiamento do PRR. O orçamento prevê dar resposta aos projetos elencados nas seguintes rubricas: _____

1.Portugal 2030 – ampliação do Centro Escolar- requalificação da Escola do Baixo Barroso - construção do Pavilhão Multifunções de Salto - construção do Centro de Estudos da Medicina Popular- requalificação do Multiusos - beneficiação do gimnodesportivo de Montalegre - campo de futebol de Salto - campo de futebol de Montalegre - construção da creche em Salto (apoio) - requalificação do espaço Reservas Casa do Capitão - construção de um Centro de Recursos/incubadora e envolvente - Parque do Torrão da Veiga e Parque do Cávado - Parque urbano do Castelo - incremento do Ciclo Urbano da Água - ampliação das redes de abastecimento de água e rede de drenagem de águas residuais em Padornelos e Parafita - reconversão da Central de Camionagem - reabilitação e regeneração urbanas. _____

2.Educação – melhoria das infraestruturas e equipamentos - apoio e desenvolvimento de planos de promoção do sucesso – refeições – transportes - material escolar - fichas de atividades - bolsas de estudo - programa Mexe-te nas Férias. _____

3.Saúde – obras de requalificação e melhoria das unidades de cuidados de saúde primários no concelho - criação de novas valências de saúde à população - atribuição de cartões ABEM. _____

4.Coesão social e habitação – obras de melhoria e conforto habitacional de pessoas desfavorecidas - implementação da renda apoiada - aquisição, reabilitação e construção de habitação (para 55 beneficiários diretos e 48 municipais) - beneficiação de creche Montalegre - construção da creche de Salto - apoio à construção do CAO e LAR Residencial - apoio financeiro à família - Olhares pela Maternidade - Transporte gratuito para maiores de 65 anos. _____

5.Cultura, desporto e lazer – requalificação e modernização dos espaços culturais e desportivos municipais - apoio à atividade do movimento associativo do concelho - apoio à formação e práticas desportivas - valorização do património histórico e natural. _____

6.Urbanismo e mobilidade sustentável – requalificação de diversos espaços públicos beneficiação de várias vias, caminhos e arruamentos com relevo para estrada Paradela/ Outeiro -instalação de sinalização horizontal e vertical - melhoria da acessibilidade de pessoas com dificuldade - reforço do investimento na expansão da rede de fibra ótica e da rede de wifi no concelho. _____

7.Valorização e sustentabilidade ambiental - melhoria e criação de redes de abastecimento de água e de saneamento - incremento da recolha de biorresíduos - colocação de mais ecopontos em todo o território - construção do Canil Municipal _____



8.Desenvolvimento económico e inovação - alargamento e qualificação dos parques empresariais - Dinamização dos mercados municipal e local - Incremento do apoio à agricultura e à produção pecuária. _____

9.Proteção Civil, Segurança e Florestas - aquisição de equipamentos para desenvolver ações de silvicultura preventiva - apoio para as equipas de sapadores florestais - apoio financeiro às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Montalegre e de Salto. _____

10.Governança de proximidade – investimento na modernização e transição digital dos serviços municipais dinamização do Gabinete Municipal de Apoio ao Emigrante/Imigrante - criação do balcão de apoio ao agricultor. _____

Resumindo, este orçamento dá corpo à execução dos projetos e obras necessárias para o desenvolvimento do concelho e bem-estar e qualidade de vida dos munícipes. É um orçamento sólido, realista e transparente que dá prioridade às pessoas, ao território, às atividades e à participação fundamentais para tornar o concelho de Montalegre mais atrativo e onde é bom viver.” _____

Sobre o presente assunto, interveio a senhora vereadora da oposição Dra. Sandra Sousa referindo, desde logo, que irá focar-se apenas num ponto do documento, o qual diz respeito à animação do desporto automóvel. Assim, afirmou que constata mais uma vez, os vereadores do Partido Social Democrata que o desporto automóvel tem uma rubrica orçamental de trezentos mil euros e, ao contrário daquilo que a Senhora Presidente da Câmara lhes tinha dito nos últimos anos, de que iria diminuir os valores investidos na pista automóvel, tal não se verifica. Assim, na página quarenta e oito, na rubrica 1, 2022-A5, tem-se uma dotação numa rubrica para animação do desporto automóvel de trezentos mil euros e, tal como tinha dito, nas duas rubricas seguintes com o mesmo número, tem-se o desporto, com duzentos e quinze mil euros, e depois, desporto e tempos livres com oitenta e cinco mil euros. Ora, a dúvida com que fica é como estão com as mesmas rubricas, se esse dinheiro também é para ser investido em desporto automóvel, ou se é um somatório. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que se trata de um valor que resulta de um somatório. Verifica-se o desdobramento das rubricas, seja no desporto automóvel, seja noutra matéria qualquer. _____

A senhora vereadora Dra. Sandra perguntou se a câmara vai gastar seiscentos mil euros em desporto automóvel. _____

A senhora Presidente respondeu que não se vai gastar esse valor. _____



A senhora Chefe da Divisão de Finanças presente na reunião, explicou que se a senhora vereadora verificar e olhar com atenção para os mapas, consegue perceber que os valores têm classificações diferentes, por isso o valor dessa rubrica é só de trezentos mil euros. _____

A senhora vereadora da oposição referiu que, para concluir, existem mais dez mil euros para o circuito internacional da pista automóvel no PPI. _____

A senhora Chefe da Divisão de Finanças afirmou que a rubrica apenas estava aberta. _____

A senhora vereadora Dra. Sandra disse que, nesse caso, poderá então ser um valor maior que aquele, ou poderá não o ser, mas para os vereadores da oposição a câmara continua a gastar muito dinheiro em desporto automóvel, em animação e na pista. Esse dinheiro, provavelmente, poderia ser canalizado para outras coisas mais necessárias para o dia a dia da população e do território. Referiu que se a pista fosse um bom investimento, com certeza que seria dada à exploração de particulares para eles a desenvolverem. No entanto, apesar da Senhora Presidente dizer que a câmara não tem uma tendência empresarial, no caso da pista automóvel, isso não se observa. Assim, para os vereadores da oposição esses valores gastos na pista e no desporto automóvel, podiam ser canalizados a título de exemplo, para fazer as fossas de Santa Ana, São Lourenço, Vilarinho de Negrões, etc. _____

O senhor vereador da oposição Dr. José João Carvalho de Moura observou que se se quer ser claro e transparente na gestão do erário público, não deve estar-se aqui a criar alíneas e subalíneas no orçamento, o que leva a interpretações erradas. _____

A senhora Chefe da Divisão de Finanças esclareceu que esse procedimento resulta da lei e é obrigatório. _____

O senhor vereador Dr. José João Carvalho de Moura referiu que existem duas alíneas, uma é de desporto e a outra é desporto e tempos livres. Ora, não é contabilista, nem revisor oficial de contas, mas faz apenas esta observação, pois, se calhar, esta é uma das situações que leva a interpretações erradas por parte dos vereadores da oposição. _____

A Senhora Presidente da Câmara solicitou à Chefe da Divisão de Finanças que explicasse a situação referida pelo senhor vereador, uma vez que não é ela, quem faz as normas. _____

A senhora Chefe da Divisão das Finanças, Dra. Maria José Afonso Baía esclareceu que é obrigatório por lei, relativamente a um projeto, dentro deste criarem-se várias alíneas, uma vez que o mesmo pode abranger a venda de bens, a aquisição de serviços, elaboração de planos, sempre para o mesmo projeto. É o que acontece, por exemplo para a Escola Dr. Bento da Cruz e Escola do Baixo Barroso, pois englobam a aquisição de materiais de limpeza, de economato, de aquisição de iluminação pública, de aquisição de serviços e existem, assim, várias rúbricas



para acomodar tudo isso, contudo o projeto é o mesmo. Trata-se de despesas correntes e estão divididas porque, obrigatoriamente, tem que se justificar o dinheiro que se gasta com tudo isso. A Senhora Presidente da Câmara referiu que, para ficar claro e em nome da transparência, se discrimina onde as verbas são gastas porque se existe um projeto, que é global, mas este é desenvolvido em diferentes vertentes. Por isso mesmo é que, no orçamento, se criam rubricas que, a seguir, se desdobram em subrubricas abrangendo o projeto como um todo. Disse ainda que quer dizer à senhora vereadora Dra. Sandra que cada um, é livre de ter a sua opinião e a sua visão para o território, porém a deste executivo é ter uma visão abrangente e, principalmente, de promoção do território nas suas diferentes vertentes. Assim, a pista automóvel serve, de há muitos anos esta parte, esse propósito, que é de promoção do território e do nome de Montalegre, o qual é conhecido em todo o mundo. Aliás, como dizem os especialistas do desporto automóvel, a pista de Montalegre é uma das melhores do mundo. Por isso, a pista e o desporto automóvel atraem notoriedade para o concelho, estando para ser concluído um estudo feito pelas universidades para que nesta matéria não possa haver qualquer dúvida de que assim é, do qual, a seu tempo, os senhores vereadores irão ter conhecimento. Trata-se de um estudo que ainda não chegou à câmara, pois está em fase de conclusão, para que se possa perceber qual é o impacto desta atividade. Montalegre é um concelho moderno, com muitos e variados projetos porque, em última análise, aquilo que interessa é dar uma boa imagem do concelho que alia a tradição e a cultura à modernidade. Há projetos que alavancam essa tradição, essa cultura, ligados aos produtos endógenos e às atividades que são mais importantes, designadamente a agricultura e a pecuária. Mas, tem que se saber congregar tudo isso com a modernidade, por exemplo com a prática desportiva nas diferentes modalidades, não só futebol, futsal, carrilheiras, trilhos, caminhadas, ciclismo, ou BTT. Procura-se, assim, ter um plano de atividades abrangente e que respeite aquilo que é um concelho que se quer afirmar pela sua modernidade e por oferecer atividades muito diversificadas. Afirmou que quer dizer à senhora vereadora Dra. Sandra que inicialmente, o desporto automóvel custava cerca de seiscentos mil euros, agora estão trezentos mil euros no orçamento e este valor não é só para a pista, por isso é que se referiu que cerca de duzentos e quinze mil euros, constantes numa das rubricas, serão destinados à dinamização de diferentes provas ao longo do ano, com enfoque para uma que é de muita importância, pois é de nível europeu e mundial, que é o Global RX. Esta prova, que já está calendarizada, e que é a final do campeonato dessa modalidade, acontecerá em outubro, e vai trazer cá os grandes nomes do desporto motorizado de todo o mundo. O ano passado, a prova foi um sucesso e aquilo que se espera é que, sendo uma final, possa atrair ainda mais gente. Por isso mesmo é que a câmara negociou esta prova porque é aí



que se vai decidir quem são os campeões e tem essa mais-valia, aliada às transmissões televisivas para todo o mundo. Quando a câmara tem de projetar o nosso território e o concelho, há que dizer aqui que estas provas não decorrem só dentro da pista, mas mexem com toda a dinâmica económica da terra, pois os pilotos e as suas equipas ocupam o alojamento local todo, não estão aqui só um dia, nem só um fim de semana, são equipas grandes, vão comer aos restaurantes, vão fazer compras e isto significa rendimento, é retorno económico que fica cá. O orçamento prevê verbas que são adstritas à preservação do ambiente, à criação de infraestruturas e também há verba para responder às necessidades que a senhora vereadora Dra. Sandra elencou há pouco. Porém, também estão previstas no orçamento verbas para um sem número de atividades e de matérias que são importantes para promover o desenvolvimento que todos almejamos para o concelho. _____

A senhora vereadora Dra. Sandra Sousa interveio para dizer que afinal, não estava assim tão errada, pois a Senhora Presidente acabava de lhe dar razão, ou seja, temos no orçamento trezentos mil euros para a pista e para a animação de desporto automóvel. Desse montante, duzentos e quinze mil euros, que estão no desporto, parte do princípio, por aquilo que percebeu, que uma parte será destinada para a publicidade do desporto automóvel. _____

A Senhora Presidente da Câmara referiu que esse valor não é para a publicidade, mas sim para a organização das diferentes provas que vão acontecer. Deste modo, para todo o desporto automóvel, com todas as provas que se perspetivam fazer, incluindo mais algumas que eventualmente possam surgir, a câmara tem a previsão de afetar trezentos mil euros. _____

A senhora vereadora Dra. Sandra Sousa disse que se a pista automóvel é de facto um negócio assim tão bom, desafia este executivo a colocá-la na iniciativa privada. Assim, o nome de Montalegre pode continuar a correr o mundo, pois não deixa, no caso, de ser a pista automóvel de Montalegre e a publicidade ao território continua a ser a mesma. Aliás, as pessoas que vêm para cá, irão continuar a ir comer aos restaurantes, a gastarem dinheiro nos supermercados, tal como a Senhora Presidente disse, só que o valor a aplicar nesse desporto ficaria a cargo da iniciativa privada. Mas, provavelmente ninguém vai querer a administração da pista automóvel porque a Senhora Presidente tem aqui um investimento de trezentos mil euros que poderiam até ficar a cargo do Circuito Internacional, mas existe um pressuposto de caixa e isso vê-se no orçamento da receita de apenas cinquenta mil euros. Por isso, ninguém vai gastar trezentos mil euros para ter apenas cinquenta mil euros de retorno. O problema da pista está aí, ou seja, o retorno não é igual àquilo que se investe e é nesse pressuposto que os vereadores da oposição se batem. É que os outros desportos de que a Senhora Presidente falou, tal como o parapente, o ciclismo, etc., não têm as verbas que o desporto automóvel consagra. _____



A Senhora Presidente da Câmara respondeu que não tem a visão de entregar tudo aos privados, algo que está agora muito em voga, mas não constitui a visão deste executivo. _____

A senhora vereadora Dra. Sandra referiu: "A câmara não é uma empresa, como diz várias vezes."

A Senhora Presidente respondeu que a câmara não é uma empresa e a visão de entregar tudo aos privados é a visão do Partido Social Democrata e não a deste executivo. Por não ser a câmara uma empresa, é que os seus membros, e quem foi eleito para gerir o território, têm de ter uma perspetiva global do que é o desenvolvimento. Este executivo tem como perspetiva o alavancar de atividades que sejam abrangentes, respeitando o território, as pessoas, promovendo aquilo que é do território e das pessoas, projetando para fora e aportando inovação, pois isso é que é atrativo. Depois, a atratividade não se fixa só pelos números de bilheteira, e a despesa que se faz, pois há muitos outros fatores que enriquecem, que incrementam, e que são receita, sem serem em numerário imediato. Refere aqui, por exemplo, o caso da receita em publicidade, pois se a câmara a fosse pagar, como já aconteceu em variadas ações de promoção do território, quanto não custaria promover o concelho pelo mundo inteiro, através das televisões e dos jornais de referência, que falam de Montalegre todos os dias do fim de semana, seja nos telejornais, ou nos programas desportivos e tudo isso é receita. De qualquer modo, para além disso, há a questão de se querer um concelho, e o plano de atividades municipais aqui apresentado foi feito nesse sentido, que possa ser abrangente, moderno, mas que, ao mesmo tempo, se possa respeitar aquilo que é o território, seja nas atividades tradicionais, seja naquilo que é diferente e que é inovador. Num futuro próximo, o executivo não ficará só por aqui pois é o facto de termos uma das melhores pistas do mundo, como dizem os especialistas, e, volta a repetir, num concelho como Montalegre ter-se-á outras novidades, pode ser que nessa altura a senhora vereadora perceba que vivemos todos numa terra muito particular, que é um grande território. Porém, não é só grande em dimensão, mas é um território com muitos recursos e quem tem confiada a sua gestão, tem a obrigação de o elevar. _____

O senhor vereador da oposição Dr. José João Carvalho de Moura referiu que ficaram aqui esclarecidos de que há um compromisso da Senhora Presidente de que vai gastar apenas trezentos mil euros na pista automóvel. Ora, isto é o que está no financiamento detalhado no orçamento, mas ver-se-á no final do ano qual será realmente a verba que vai ser investida por todos nós. _____

A Senhora Presidente afirmou que vai fazer uma correção ao que o senhor vereador da oposição aqui referiu, pois não falou em qualquer compromisso, esses são estabelecidos por si e não pelo senhor vereador. Aquilo que tinha dito é que no orçamento estavam previstos trezentos mil euros para o desporto automóvel e essa verba destina-se à realização de diferentes provas, desde logo



o Campeonato Nacional de Rallycross, as provas de drift, as provas da Federação Galega e o Global RX – Rallycross, que é uma prova de índole europeia e mundial. Por isso, estão perspectivadas essas provas para serem desenvolvidas no Circuito Internacional de Montalegre com a referida dotação previsional, que é apenas uma previsão e não um compromisso. Se houver necessidade de se realizar uma outra prova desportiva de interesse para o município, a mesma será ponderada e a sua realização terá em conta essa previsão. _____

Os senhores vereadores do Partido Social Democrata apresentaram a seguinte declaração de voto contra que se transcreve na íntegra: _____

“Declaração de Voto _____

Tendo em conta a proposta relativamente ao orçamento no valor de 34 milhões e 775 mil € pela Câmara Municipal de Montalegre para o ano de 2026, os vereadores eleitos pela coligação PSD-CDS/PP consideram que fica clara na apresentação das Grandes Opções do Plano, mais uma vez, a razão do PPD/PSD. Após exame rigoroso de todos os documentos orçamentais apresentados – incluindo o Orçamento para 2026, as Grandes Opções do Plano e os Planos Plurianuais de Investimentos (PPI) e de Atividades Municipais (PAM) –, conclui-se, com base nos próprios números do município, que este orçamento não serve Montalegre nem os Montalegrenses. Trata-se do maior orçamento da história do concelho em termos nominais, mas é um orçamento sem visão de futuro, sem estratégia integrada para a demografia, para a economia local e para a coesão territorial, e sem garantias de financiamento para vários dos projetos que são publicamente anunciados como prioridades. O orçamento e os planos plurianuais mantêm a lógica de dispersão de verbas por um grande número de rubricas, sem que daí resulte uma resposta robusta aos principais desafios de Montalegre: envelhecimento da população, desertificação do território, perda de jovens e fragilidade do tecido económico. Falta uma articulação clara entre políticas de habitação, emprego, serviços de proximidade, mobilidade e desenvolvimento rural, bem como metas mensuráveis que permitam avaliar o impacto real da despesa pública na qualidade de vida dos Montalegrenses. A oposição apresentou um conjunto de propostas concretas, estruturadas e realistas, que poderiam conferir coerência e ambição a este orçamento, mas que não foram acolhidas. Entre elas destacam-se: Na economia e emprego: incentivos de 150€ por vitelo Barrosão e 75€ para os restantes, prémios a jovens agricultores, apoios reforçados à sanidade animal e a produções como batata, ovinos, caprinos, apicultura e suínos; criação de apoios mensais às empresas que criem postos de trabalho; isenção de derrama, IMI e IMT para investidores que gerem emprego no concelho; e expansão efetiva das zonas industriais de Montalegre e Salto. No turismo e desenvolvimento rural: criação de uma praia fluvial na barragem dos Pisões; implementação da rota “Cabril–Tourém: o Gerês Barrosão



por Dentro”; instalação de uma quinta pedagógica e centro experimental na Quinta da Veiga; criação de um centro de reprodução cinegética e federação das associações de caça; e elaboração de um plano estratégico para todas as barragens, com marinas, passadiços e aldeamentos turísticos. Nos apoios sociais: criação de um Centro de Dia e de Convívio em Montalegre; estabelecimento de transporte regular para idosos e transporte a pedido para consultas médicas; e avaliação de um seguro de saúde municipal, adequados às características de um concelho envelhecido e com grande dispersão geográfica. Em infraestruturas, ambiente e administração municipal: melhoria da rede viária e reivindicação da requalificação da EN 103; renovação das redes de saneamento e coletores nas margens do Rio Cávado; regulamentação para resíduos de obras; redução dos prazos de licenciamento; revisão do regulamento de bolsas de estudo; nomeação de um programador cultural; apoio à criação de serviços de amas; reposição do festival de teatro; e implementação de um programa “internet para todos” com acesso de alta velocidade em todas as freguesias. Estas propostas poderiam ter transformado o orçamento num instrumento de desenvolvimento equilibrado, mas foram ignoradas pelo executivo. A análise dos planos plurianuais para 2026 confirma a opção política do executivo. Em “Funções Sociais” – educação, saúde, habitação, cultura, ação social – surgem em 2026 com dotações e estimativas na ordem dos 12 milhões de euros. Mas este valor encontra-se disperso por dezenas de rubricas de mera continuidade, traduzindo uma gestão rotineira e sem visão. O mais grave: há uma diminuição de 4% face ao ano anterior. Ou seja, em vez de reforçar a resposta às necessidades sociais e demográficas do concelho, o executivo corta recursos e limita horizontes. É uma política de manutenção, sem inovação, sem coragem e sem estratégia, que falha em enfrentar de forma estruturante os desafios que Montalegre tem pela frente. Paralelamente, o esforço de investimento em edifícios, equipamentos, arruamentos e eventos mantém-se elevado, sem que exista uma estratégia clara de priorização em função da coesão territorial e da criação de valor económico duradouro. Em sentido inverso às prioridades propostas pela oposição, encontram-se dotações consideráveis para o desporto automóvel, para a pista e para eventos associados, que, somadas às verbas de animação e infraestrutura desportiva nessa área, ultrapassam os 300 mil euros, configurando uma aposta política consistente nesse domínio. No caso do Pavilhão Multifunções de Salto, o PPI aponta um investimento acumulado superior a dois milhões de euros, prolongando um processo com cerca de duas décadas, sem que se vislumbre um encerramento definitivo deste dossiê com uma solução estável e plenamente operacional. Quanto ao Parque Aquático do Cávado, projeto publicamente apresentado como emblema de futuro, os documentos de 2026 não evidenciam qualquer financiamento efetivamente definido. A rubrica “Requalificação e Valorização do Rio



Cávado" surge com previsão de 800.000 euros de "financiamento não definido", isto é, sem garantias de fonte de receita identificada, o que, na prática, equivale à ausência de compromisso financeiro real para o próximo ano. Enquanto se asseguram montantes significativos para obras, equipamentos e eventos, persistem vazios em áreas essenciais à vida quotidiana dos munícipes. Não existe dotação específica, clara e suficiente para: Transporte organizado de idosos a consultas e serviços de saúde; Criação e funcionamento de um Centro de Dia e de Convívio em Montalegre; Implementação de um programa estruturado de internet de alta velocidade acessível em todas as freguesias; Incentivos municipais robustos e continuados à criação de emprego jovem e qualificado. Esta distribuição de prioridades demonstra que o orçamento privilegia iniciativas de forte visibilidade pública e eventos de curta duração, em detrimento de políticas permanentes de apoio às pessoas, às famílias e às empresas. De que serve o maior orçamento municipal quando muitos passam por dificuldades? De que adianta dizer-se que quando se tem o maior orçamento da história, na verdade o orçamento acaba pequenino, e que os deveria envergonhar, porque isto chamasse prometer e não cumprir! Sim, a senhora Presidente prometeu obras para 2025, a saber, o Pavilhão Multifunções de Salto, e a Creche de Salto, já para não falar do canil municipal e não se cumpriu! A senhora prometeu a requalificação das escolas do Baixo Barroso e não se cumpriu. A senhora prometeu a requalificação do posto da GNR e da central de camionagem e não se cumpriu. Mas não fiquemos por aqui, os Saneamento em muitas freguesias onde há necessidades nesta área, bem como o Abastecimento de água a tantas outras localidades onde há problemas, como por exemplo: Saneamento em Padornelos e fossas de São Ane, de Vilarinho de Negrões e São Lourenço. Ainda não acabou Sra Presidente e Srs vereadores. A Reparação da rede viária concelhia, a marcação das estradas e limpeza das suas valetas e basicamente os Caminhos agrícolas em quase todas as freguesias não saíram da gaveta. Além disso, conforme podemos ver senhora presidente, as verbas da transferência de capital para as freguesias vão diminuir de 515 000€ para 438 500€, e reforça as transferências para as associações, retirando assim obra programada pelo município. Senhora presidente, numa altura em que o município dispõe do maior orçamento da sua história, com a inflação estabilizada em torno dos 2%, continuam por resolver problemas básicos: uma rede de abastecimento de água e saneamento incompleta, ruas degradadas e estradas cada vez mais estreitas, quando no passado houve quem tivesse a visão de as alargar. Perguntamos: pode isto ser considerado justiça social? Será esta a verdadeira opção de uma gestão equitativa para todos os munícipes? Repetiremos até à exaustão, que o caminho indicado pelo PSD é claro: crescimento económico, incentivo à fixação dos mais jovens e das famílias, e melhoria do nível de vida de todos os cidadãos, mesmo em tempos mais exigentes. Na economia, com políticas



distributivas mais eficazes e eficientes na proteção dos mais vulneráveis, vulneráveis esses que hoje em dia são a classe média. Os novos pobres determinados pelo Partido Socialista. Há muito a fazer em Montalegre, quer na Educação, na Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, no Desporto, na Cultura, prioridades que são elencadas no vosso discurso, mas cuja resolução não sai do papel, porque não há uma estratégia e tardam as soluções para os verdadeiros problemas porque não estão definidas prioridades e essa é a verdadeira imperfeição para a falta de concretização. À luz desta análise, não é possível considerar este orçamento como um instrumento adequado às necessidades de Montalegre. É um orçamento financeiramente elevado, mas politicamente limitado: não incorpora as propostas apresentadas pela oposição, não assume uma estratégia clara para combater o envelhecimento e a desertificação, e não garante financiamento efetivo para vários projetos que são apresentados como bandeiras do executivo. Por tudo isto, e com base exclusiva na informação constante dos documentos oficiais, os vereadores da oposição votam contra as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Municipal para 2026, porque Montalegre merece um orçamento que invista prioritariamente nas pessoas, que valorize os recursos endógenos, que apoie a economia local e que assegure coesão social e territorial, em vez de privilegiar a lógica da propaganda e dos eventos de ocasião.

Os Vereadores eleitos pela Coligação PSD/CDS-PP.

Montalegre, 18 de Dezembro de 2025."

Seguidamente, o senhor vereador do Partido Socialista Nuno Miguel Mota Barroso interveio para dizer o seguinte:

"Senhora Presidente, senhores vereadores, quero apresentar uma congratulação em relação a este orçamento por ser um dos maiores de sempre. Vai ser um ano de concretização de muitos investimentos quero aqui ressaltar o multiusos de Salto, há muito esperado, o apoio à creche, o campo de futebol e o Polo do Centro de Saúde de Salto. Saliento, ainda, o grande apoio direto às pessoas, designadamente aos bombeiros."

A Senhora Presidente da Câmara interveio, para comentar a tomada de posição dos vereadores do Partido Social Democrata sobre os documentos previsionais para o ano de 2026. Referiu que o senhor vereador Dr. José João Carvalho de Moura acabou aqui de nos presentear, com um discurso um "bocadinho inflamado," totalmente demagógico e sem qualquer adesão à realidade. O senhor vereador não soube ler o orçamento. Percebe e respeita, que não sendo as opções da oposição que nele estão vertidas, possa discordar, isso é legítimo e é normal. Contudo, vir para aqui apontar inverdades, isso já não se pode deixar passar. Em primeiro lugar, aquilo que o senhor vereador fez nas suas declarações foi debitar o seu programa eleitoral e esperar que o



Partido Socialista, que foi quem ganhou as eleições, o executasse. Porém, o programa eleitoral do Partido Social Democrata foi sufragado pelos barrosões, mas foi recusado. Esse programa eleitoral ficará para quando o Partido Social Democrata ganhar as eleições e então aí os senhores vereadores da oposição terão o direito, a obrigação e a missão de cumprir aquilo que prometeram. Porém, não é agora o caso, “cerca de mil e quatrocentas razões, chumbaram esse programa eleitoral e as vossas propostas não são de incluir no orçamento deste executivo porque foram recusadas pelos barrosões.” Depois, quando o senhor vereador da oposição acusa este executivo de algumas situações, vai ter aqui que o esclarecer novamente. Assim, falou, entre muitas outras coisas, dos planos para as barragens, mas volta a informá-lo de que os planos de ordenamento das albufeiras não são da competência das câmaras, mas da Agência Portuguesa do Ambiente, e este executivo não tem por princípio, como parece que acontece com o Partido Social Democrata local, o hábito de se substituir às demais entidades. “Referiu-se ainda aos transportes, mas, senhor vereador, o transporte público no concelho de Montalegre foi tratado desde o ano de 2010, altura em que se soube e se teve a habilidade e o arrojo, coisa que não aconteceu nos demais municípios da CIM, nem de outras do país, de transformar o transporte escolar em transporte público. Portanto, o senhor vereador pode até dizer que as frequências são poucas, mas são aquelas que respondem às necessidades das pessoas e são aquelas que são compatíveis com o orçamento desta câmara. De mais a mais, informa-o ainda de que a câmara, de acordo com o regime dos transportes, deixou de ser a Autoridade de Transportes, pois nesta matéria quem é a autoridade é a CIM do Alto Tâmega e Barroso.” Disse ainda que os restantes concelhos vizinhos aproveitaram até muito da experiência desta câmara para fazer os seus circuitos públicos de transporte e a grande maioria deles também só têm duas frequências, de manhã e ao fim da tarde, sendo certo que Montalegre tem alguns circuitos que são feitos, pelo menos quando há feira, à hora de almoço, para que as pessoas possam vir e ir para casa mais cedo. Vai ser também criado por esta câmara um programa que é dar transporte gratuito para maiores de 65 anos, exatamente alavancando um projeto que é do Governo, que paga 50% do valor, pagando a câmara o restante. Tal como já tinha dito ao antecessor do senhor vereador, e está aqui a Dra. Sandra que deve lembrar-se disso, que as soluções de transporte que a oposição referiu, já estão a ser estudadas há muitos meses na CIM, designadamente, o transporte a pedido. Assim, em matéria de transporte, a câmara trabalha em conjunto e em parceria com os restantes cinco municípios, pois há uma questão que não se pode nunca esquecer, é que não há circuito nenhum que seja rentável na maioria dos concelhos da nossa CIM e, portanto, todos nós, solidariamente, pagamos concessões aos privados porque senão nem sequer circuitos se teria por não serem rentáveis. Esclareceu que, por exemplo, é



por força dessas compensações que foi possível, criarem-se dois novos circuitos no concelho, um que liga Montalegre por Vilar de Perdizes, e outro que liga Salto a Cabeceiras todos os dias. São mais duas linhas, sendo que uma delas não existia e a outra tinha sido suprimida há muitos anos. Por isso, a mobilidade é uma questão que esta câmara leva muito a sério e o transporte a pedido está a ser estudado desde o início do ano, já é uma matéria que está identificada e em estudo com todos os municípios para ser implementada. Afirmou que, pelos vistos, o senhor vereador ainda não percebeu como se faz o orçamento, ainda que a Dra. Maria José tenha explicado à vereadora Dra. Sandra que as matérias não estão dispersas, como disse, ou de forma aleatória, pois há grupos de investimento, há grupos de atuação e, com certeza com mais tempo, o senhor vereador irá estudar melhor o orçamento e perceber exatamente isso. Quando o senhor vereador falou na coesão territorial, é esse objetivo que leva a câmara a fazer obras em todas as freguesias e, portanto, isto não é um sonho, não é sequer uma perspetiva, é uma realidade que aconteceu nos anos transatos, que vai continuar para o ano de 2026 e está expresso também neste orçamento. Quanto ao referir que “o parque aquático não está no orçamento”, pois, efetivamente não está, aquilo que está é a requalificação do rio Cávado porque não se trata só de um parque aquático, trata-se da reabilitação de todo o rio e das suas margens, onde se perspetiva também a construção de um parque aquático. Como a candidatura é programa do PROVERE, do qual o aviso só saiu há pouco tempo, a câmara está a finalizar essa mesma candidatura e é por isso mesmo que tem oitocentos mil euros no não definido, que é aquilo que se perspetiva que possa ser de execução no ano de 2026. Quando o senhor vereador se refere aos centros de dia, também o elucida de que estes não são competência das câmaras, são da competência de IPSS e estas e as suas direções têm a liberdade de escolha de os fazerem ou não, respondendo às necessidades dos utentes. Por outro lado, quando o senhor vereador Dr. José João Carvalho de Moura afirma: “prometer e não cumprir”, informa-o de que quase todos os exemplos que referiu, pode dizer-lhe que a grande maioria deles estão em execução, o senhor vereador é que se calhar ainda não foi ver esses projetos. Assim, no centro escolar, já montaram o estaleiro, vai iniciar-se a obra, a Escola do Baixo Barroso já tem alguma execução e é para continuar, o projeto do Canil Municipal ainda se encontra no gabinete do senhor Secretário de Estado para publicação no Diário da República para que se possa iniciar essa importante obra e, não fosse o facto de se ter por obrigação essa publicação, a câmara já teria avançado com esta obra porque aquilo que se recebe de financiamento não chega a 20% do que vai custar a mesma. Ora, inclusivamente ter-se-ia prescindido dessa verba, se se pudesse, e já se teria feito o Canil, só que, obrigatoriamente, este tem que se ter o aval do senhor Secretário de Estado. No Complexo Polivalente de Salto, o desaterro já foi feito, houve um



compasso de espera porque foi necessário retirar um PT e colocá-lo noutra sítio, isso também já está finalizado, a obra já começou. O Centro de Estudos de Medicina Popular já foi iniciado e se o senhor vereador for a Vilar de Perdizes também o constata. A Requalificação de Multússos é uma evidência, bem como o Gimnodesportivo de Montalegre, o Campo de Salto e o Campo de Montalegre. A Creche de Salto, como acabou de dizer, houve um primeiro concurso que ficou deserto, houve então a necessidade de lançar-se um segundo concurso que está a decorrer e aquilo que se deseja é que rapidamente seja uma obra adjudicada. O Centro de Recursos iniciou-se, o Parque de Torrão da Veiga e o Parque do Cavado, pois são os dois, aguarda-se que a candidatura seja finalizada para se poder avançar com o projeto. O incremento do ciclo urbano da água, em que o senhor vereador falou, em Padornelos ou em Parafita são dois grandes investimentos que também já estão a decorrer, para além daqueles investimentos que estão no orçamento do município de reabilitação de redes de água, que estão a acontecer em diferentes sítios e vão continuar no ano de 2026. O mesmo acontece para o saneamento, inclusivamente com verbas e rubricas que estão abertas no orçamento para as fossas que o senhor vereador acabou de referenciar, seja em São Ane, em São Lourenço e em Vilarinho de Negrões. A Central de Camionagem vai iniciar-se um dia destes, pois o primeiro concurso também ficou deserto, houve a necessidade de se lançar um segundo concurso, pensa que agora foi já adjudicada a uma empresa. Quanto à reabilitação e regeneração urbanas, são aquelas que estão planificadas e acabadas e são aquilo que se vê. Depois, quando o senhor vereador da oposição fala de emprego, da criação de emprego, informa-o de que a câmara Municipal de Montalegre efetivamente é o maior empregador do concelho, mas é o maior empregador não só pelo emprego direto. Aliás, o senhor vereador poderá ver do mapa pessoal a que teve acesso, que o município possui ao seu serviço cerca de trezentos e cinquenta trabalhadores. Esse emprego é significativo, fixa famílias, fixa pessoas e, sobretudo, responde às necessidades coletivas. Mas se se dividir 216 assistentes operacionais, que são aqueles que estão no mapa de pessoal, sendo certo que dezasseis deles estão ao serviço da saúde, oitenta ao serviço das escolas, fica-se com apenas cento e dezasseis assistentes operacionais para atender a todas as infraestruturas de um território como o de Montalegre com oitocentos e cinco quilómetros quadrados. Quando fala aqui em infraestruturas, está a referir-se a estradas, arruamentos, água, saneamento, limpeza de bermas, limpeza de valetas, jardins, construção, etc., por isso este número de trabalhadores não lhe parece excessivo. Incita o senhor vereador a dividir esses trabalhadores por quilómetro quadrado de território e já agora comparar, como gostam de o fazer, com municípios vizinhos, que têm um terço da nossa área e menos de metade da nossa gente e, veja-se o número de funcionários adstritos ao serviço. Mas, o que mais honra este



executivo é a Câmara Municipal de Montalegre ser promotora de emprego com o apoio que concede ao setor agrícola e pecuário. É muito emprego, basta ver o número de jovens agricultores que se inscreveram nos últimos anos e quantas empresas familiares se constituíram com esses apoios e quando assim quiser pode fornecer esses números ao senhor vereador porque os tem consigo, pois preocupa-se em perceber o que se passa na nossa terra. No que diz respeito ao setor social, tudo o que existe no concelho foi financiado também, e continua a sê-lo, pela câmara de Montalegre, o que é da sua obrigação, primeiro tendo em vista as necessidades e a resposta social, mas também pela criação de emprego, sendo muito dele qualificado. Assim, quando a câmara dá apoio a todas as IPSS, está, desse modo, a criar emprego. Quando dá e apoia o financiamento da creche de Salto, ou do CAO e do Lar Residencial, ou o aumento da creche em Montalegre, isso significa mais emprego. Por outro lado, quando o senhor vereador se refere à habitação, quer dizer-lhe que também se tem feito um investimento muito forte e muito importante neste domínio. Em primeiro lugar, quando se elaborou a Estratégia Local de Habitação, esta foi aprovada e nos candidatamos ao Primeiro Direito, para que cerca de sessenta beneficiários diretos pudessem usufruir deste financiamento para beneficiar as suas casas. A câmara apoiou estas candidaturas em tudo, tendo ficado só para os beneficiários arranjar os orçamentos e os empreiteiros que pudessem fazer as obras que eram necessárias, porque a câmara não se imiscui naquilo que é do domínio privado. Mas, a câmara também investiu na habitação municipal, com as casas que comprou em diferentes aldeias de diferentes freguesias, para não desenraizar as famílias com carências habitacionais. Portanto, só com essa medida esta câmara respondeu a dois desideratos, por um lado, a resposta social, que é a sua obrigação, mas por outro, também a requalificação urbana, que é uma preocupação que este executivo tem. Para concluir a sua intervenção, a Senhora Presidente disse: "os barrosões conhecem-nos, sabem as obras que temos em curso e, portanto, há obras que se iniciaram em 2025, vão ser executadas e concluídas em 2026, há outras que se vão prolongar para 2027, como é o caso de multifunções de Salto. Senhor vereador, será uma grande honra poder contar com a sua presença quando, previsivelmente, para o ano de 2027, fizermos a inauguração daquele equipamento que tão necessário é para o Baixo Barroso. Há outros equipamentos que desejamos que terminem mais cedo para estar ao serviço das pessoas. São equipamentos e são investimentos em diferentes áreas, mas todas elas ligadas às pessoas e à resposta às pessoas. seja o centro de recursos, seja as creches, sejam os equipamentos desportivos, equipamentos culturais, todos eles são destinados às pessoas."

O senhor vereador da oposição Dr. José João Carvalho de Moura interveio para dizer que continuam ano após ano, a ouvir as mesmas promessas. Desde que entrou aqui, como deputado



na Assembleia Municipal, que anda a ouvir falar daqueles emblemas, que eram as grandes armas de batalha do Partido Socialista. Quando a Senhora Presidente menciona que os vereadores da oposição não sabem interpretar o orçamento, pelo contrário sabem interpretá-lo muito bem, porque constata-se que este executivo tem lá centenas de linhas que têm valores astronómicos, mas que estão na coluna de financiamento não definido. Assim, quando se olha realmente para o dinheiro que está garantido, esse panorama é desolador. Referiu que, este orçamento tem prioridades para os vereadores da oposição erradas e uma autarquia que vive de anúncios e fotografias em vez de resultados, não está no caminho certo. A Senhora Presidente insiste em vender ilusões, agora arranjou uma nova ilusão para Montalegre, que é o Parque Aquático do Cávado, que tem zero euros de financiamento definido. Por outro lado, ignora as propostas dos vereadores da oposição que são concretas e que fizeram questão de lhe entregar no seu programa eleitoral. Aliás, referiu que a Senhora Presidente pode até copiá-lo porque o que os vereadores da oposição querem é a melhoria de vida para o povo de Barroso e não terem a assinatura deles por baixo da execução de determinada proposta ou projeto. Tinham propostas interessantes para a agricultura, para o emprego jovem, para o turismo da natureza e apoio aos idosos. Mas a Senhora Presidente continua a apostar em eventos de um dia e em obras de betão em vez de investir realmente naquilo que importa, que é nas pessoas e no culto do povo Barroso.

A Senhora Presidente interveio para dizer ao senhor vereador da oposição que se o dinheiro garantido, como referiu, é um panorama desolador, com quase trinta e cinco milhões de euros, não sabe então o que será a abundância. Informou que a partir do mês de fevereiro do próximo ano, ter-se-á mais abundância, que é quando irá entrar mais financiamento com as candidaturas que a câmara fez, bem como com receita que será alocada ao orçamento. A partir dessa altura, a desolação será maior para o senhor vereador porque, de trinta e quatro milhões de euros, eventualmente vai passar-se então para trinta e oito, ou trinta e nove, ou até para quarenta e três milhões, como chegou o orçamento no ano de 2025. Por isso, vai dizer e repetir ao senhor vereador Dr. José João Carvalho de Moura que o Parque Aquático é um pequeno projeto alocado a um projeto maior, o qual já consta do orçamento, ainda que esteja na verba não definida, mas já consta aí e já tem alocado oitocentos mil euros. Esta verba irá aumentar ainda pois esse projeto, como disse, insere-se num projeto muito maior que é a Requalificação das Margens do Cávado. Por outro lado, afirmou que a câmara vai continuar a apostar nos eventos de um dia ou dois, pois estes, só nesses dias, trazem milhões de euros para a nossa terra, como é o caso da Feira do Fumeiro e da Sexta-Feira 13. Aliás, disse, seria bom para a câmara e para o concelho que houvesse mais três ou quatro eventos desses que trouxessem essas verbas. Por isso, a



câmara continuará a pugnar por esses eventos de um dia ou dois, e a apostar também no betão para construir equipamentos que vão servir as pessoas, uns para aportar mais conforto, mais qualidade e mais condições para as pessoas que deles vão usufruir, para que tenham mais sucesso, como é o caso das escolas, das creches e das IPSS's no geral. Por outro lado, referiu que também na vertente económica e social do concelho, já se iniciou o Centro de Recursos e o Centro de Estudos da Medicina Popular, que são dois projetos estruturantes e inovadores e que trarão bons frutos. Disse, por último, o orçamento decorre do programa eleitoral que ganhou as eleições e que este executivo acredita em todos estes projetos e investimentos, estando empenhado a trabalhar para a sua concretização e alcançar todos estes objetivos para bem da nossa terra e da nossa gente. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor e três votos contra dos senhores vereadores do Partido Social Democrata, aprovar, os documentos previsionais para o ano económico de 2026, consubstanciados na Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita, Grandes Opções do Plano de Atividades e Mapa de Pessoal. _____

À Divisão Administrativa para agendar o presente assunto à próxima sessão da Assembleia Municipal. _____

À Divisão de Finanças para os devidos efeitos. _____

X

ATIVIDADE REGULAMENTAR

IX

DIVERSOS

3.12. SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SIADAP) - ANO 2026 – PROPOSTA. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, o assunto mencionado em epígrafe, uma proposta subscrita pela Senhora Presidente da Câmara datada de 12 de dezembro de 2025, a qual se transcreve aqui na íntegra: _____

"SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SIADAP). _____

PROPOSTA N.º 1/2025 - DA/RH/SIADAP _____

Considerando que o Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, veio adaptar à Administração Local o novo Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), aprovado pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, regime de avaliação de desempenho aplicável nas autarquias desde o ano de 2010; _____



Considerando que esse "sistema" integra a existência de três subsistemas: SIADAP 1 — Avaliação do Desempenho das Unidades Orgânicas dos Serviços; SIADAP 2 — Avaliação do Desempenho dos Dirigentes dos Municípios; SIADAP 3 — Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores das Autarquias Locais; _____

Considerando que o alinhamento integrado dos três subsistemas pressupõe que o ciclo de avaliação se inicie com a definição de objetivos estratégicos do Município, por forma a orientar a definição dos objetivos estratégicos das unidades orgânicas (U0) e, assim, possibilitar que se inicie o processo de avaliação do desempenho das U0 (SIADAP 1) nos termos do artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro; _____

Considerando ainda que os objetivos estratégicos do Município deverão estar em consonância com a missão, visão e valores da autarquia, cujo conteúdo merecerá ser amplamente divulgado, porquanto norteador de toda a atuação do Município de Montalegre; _____

Considerando que uma autarquia, atendendo à vastidão das respetivas atribuições, deve nortear a sua atuação segundo parâmetros de eficácia prestacional orientada, em última linha para a potenciação do bem-estar dos munícipes; _____

Considerando que este modelo de gestão pública, assente na filosofia dos diplomas supracitados, releva-se numa avaliação de desempenho com base em objetivos de eficácia, eficiência e qualidade; _____

Considerando que o modelo de gestão em causa visa a otimização dos processos, a simplificação administrativa e a orientação para os resultados, com evidência de benefícios para os cidadãos; _____

Considerando que o município de Montalegre tem por finalidade transformar as suas políticas em objetivos estratégicos a levar a cabo pelos diversos serviços, de acordo com as prioridades superiormente determinadas; _____

Considerando que, tendo sido já aprovado o Decreto-Lei n.º 12/2024, de 10 de janeiro, estão reunidos os pressupostos para que se inicie novo ciclo de gestão do SIADAP 1 a 3, para o ano de 2026; _____

Considerando a competência que me é atribuída em matéria de gestão de pessoal, prevista nas alíneas a) e d), do n.º 2, do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; _____

Com base nestes considerandos, e de acordo com os documentos estratégicos aprovados pelos órgãos competentes, designadamente Orçamento Municipal, Grandes Opções do Plano e a estrutura organizacional e funcional dos serviços municipais, proponho, para o ciclo de avaliação de 2026, ao executivo o seguinte: _____



1.1.Missão: O Município de Montalegre tem como missão dignificar, valorizar e potenciar o território de forma a garantir o desenvolvimento económico e humano, bem como a melhoria das condições de vida da comunidade. _____

2.Visão: O Município de Montalegre tem como objetivo promover a igualdade de oportunidades para todos os munícipes dotando o concelho das infraestruturas adequadas e serviços públicos eficazes, bem como, com inovação e sustentabilidade, desenvolver políticas públicas que preservem a identidade cultural e natural e incrementem dinamismo económico e social. _____

3.Valores: Serviço público, Transparência, Proximidade, Igualdade, Solidariedade, Diálogo e Participação, Comunicação e Informação e Desenvolvimento Sustentável. _____

4. Objetivos Estratégicos: _____

1. Impulsionar o desenvolvimento do território municipal através de uma estratégia que promova o crescimento económico, a justiça social e valorize a diversidade cultural, garantindo o progresso equilibrado e sustentável. _____

2. Assegurar um serviço público de excelência, focado na eficiência, eficácia e na satisfação dos cidadãos, através da melhoria contínua dos processos e da modernização da gestão autárquica.

3. Administrar e planear o território de modo a salvaguardar os recursos naturais e a herança cultural. _____

4. Reforçar e desenvolver políticas e mecanismos de atuação que promovam a proximidade com as Juntas de Freguesia, Coletividades e com o cidadão em geral, de modo a desenvolver as questões de forma mais eficaz e célere na resolução dos seus problemas: _____

Em alinhamento com o Orçamento Municipal de execução, centrada nas pessoas e agrupada em 6 eixos prioritários, são afixados os objetivos para a avaliação do SIADAP anual para o ano 2026: _____

a) Economia, Agricultura e Empreendedorismo; _____

b) Turismo, Cultura e Património; _____

c) Educação, Juventude e Desporto; _____

d) Área Social e Saúde; _____

e) Ambiente e Sustentabilidade; _____

f) Mobilidade e Acessibilidades. _____

Considerando as linhas gerais a adotar no processo de avaliação anual para o ano 2025, conforme manual em vigor, e no uso das competências que me são conferidas pela Lei nº66-B/2007, de 28 de dezembro, adaptada à Administração Local pelo Decreto-Regulamentar nº 18/2009, de 4 de setembro e da Portaria 236/2024/1, de 27 de setembro, que aprova os modelos de fichas de autoavaliação e avaliação do desempenho na Administração Pública, as listas de



competências, determino que sejam observadas as regras do processo de avaliação do desempenho, abaixo mencionadas. _____

1. SIADAP 1 – Subsistema de avaliação de desempenho das Unidades Orgânicas _____

Nos termos do art.º 7.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, a avaliação de desempenho das Unidades Orgânicas é efetuada anualmente, em articulação com o ciclo de gestão do Município e abrange as Unidades Orgânicas que dependam diretamente dos membros do Órgão Executivo respetivo ou de outras Unidades Orgânicas. _____

Para a implementação do SIADAP 1, no ano de 2026, foram definidos seis eixos estratégicos de atuação, considerados como prioritários, assentes nas áreas abaixo identificadas, sobre as quais deverão os/as dirigentes apresentar proposta de objetivos a contratualizar para as Unidades Orgânicas que dirigem. _____

Neste âmbito, serão avaliadas as Unidades Orgânicas, através da definição de objetivos operacionais, a partir dos quais serão alinhados os objetivos dos dirigentes e dos trabalhadores, permitindo uma abordagem integrada da gestão e da avaliação. _____

-Os/as Dirigentes das Unidades Orgânicas, diretamente dependentes dos membros do Órgão Executivo devem propor 4 objetivos, referente ao ano de 2026, para as respetivas unidades, até ao dia 9 de janeiro de 2026, que serão aprovadas pelo membro do Órgão Executivo de que dependem, até ao dia 16 de janeiro de 2026. _____

-Os/as Dirigentes das Unidades Orgânicas que dependam de outra Unidade Orgânica devem propor 4 objetivos, referente ao ano de 2026, para as respetivas unidades, até ao dia 9 de janeiro de 2026, que serão aprovadas pela Unidade Orgânica de que dependem, até ao dia 23 de janeiro de 2026. _____

-Os objetivos a propor devem convergir para os Objetivos Estratégicos do Município e das Unidades Orgânicas, acima apresentados, e ser acompanhados dos respetivos indicadores de medida, as fontes de verificação, os mecanismos de operacionalização de avaliação dos indicadores, os instrumentos de acompanhamento e de monitorização, a relação com os documentos de gestão e respetiva ponderação, devendo ainda, sempre que possível, ser concertados entre si. _____

-Os/as Dirigentes das Unidades Orgânicas deverão preencher as fichas de avaliação de desempenho, bem como apresentar um relatório final do desempenho das mesmas, evidenciando os resultados alcançados e os desvios definidos, relativo ao ano 2026, até ao dia 15 de abril de 2027. _____

2. SIADAP 2 – Subsistema de avaliação de desempenho dos/as Dirigentes _____



Os/as Dirigentes Intermédios/as são avaliados/as anualmente, através de ficha de avaliação de desempenho, respeita ao desempenho do ano civil anterior e pressupõe o exercício de funções como dirigente por um período não inferior a seis meses, seguidos ou interpolados; _____

- Para fixação da classificação final, são atribuídas ao parâmetro "resultados" uma ponderação de 75% e ao parâmetro "competências" uma ponderação de 25%; _____

- Os dirigentes intermédios, no início de cada ciclo anual de avaliação ou no início do exercício destas funções, contratualizam com o respetivo avaliador os parâmetros de avaliação dos resultados; _____

- O parâmetro relativo a Resultados assenta nos objetivos, em número não inferior a três, negociados com o dirigente, prevalecendo, em caso de discordância, a posição do superior hierárquico; _____

- A monitorização da avaliação anual releva para a avaliação global no final da comissão de serviço e pode fundamentar a sua cessação nos termos e no prazo previsto no respetivo estatuto;

3.SIADAP 3 – Subsistema de avaliação de desempenho dos/as Trabalhadores/as _____

- Para a definição dos objetivos dos/as trabalhadores/as, deverão ser tidas em linha de conta as linhas de orientação definidas para o SIADAP 1; _____

- Os trabalhadores/as integrados/as na carreira de Assistente Operacional serão avaliados/as apenas no parâmetro "Competências", conforme previsto no artigo 80.º da Lei nº66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação, devendo ser avaliadas 8 competências, entre as quais, obrigatoriamente a competência "Orientação para resultados"; _____

- Aos trabalhadores/as integrados/as nas carreiras de Assistente Técnico e Técnico Superior, e avaliados/as no parâmetro "Resultados", deverão ser fixados 3 objetivos e 5 competências, podendo ser fixados objetivos de responsabilidade partilhada; _____

- Os critérios de avaliação do grau de cumprimento dos objetivos poderão ser de qualidade, quantidade e/ou tempo, podendo ser utilizados individualmente ou em conjunto, não ultrapassando o número de três indicadores de medida. _____

- Sempre que a avaliação incida sobre relatórios / propostas de melhoria / propostas de ação ou de trabalho, deverá ser ponderado o fator "qualidade". _____

- Deverão ser utilizadas as fichas de avaliação da qualidade dos relatórios / propostas de melhoria / propostas de ação ou de trabalho, incluindo as grelhas de superação dos objetivos constantes das mesmas, podendo ser efetuadas adaptações, como ajustes à redução, ou não avaliação de itens não aplicáveis, com carácter pontual e devidamente justificadas; _____

- Sempre que os objetivos incluam os critérios "quantidade" e "tempo" devem os mesmos ser considerados superados se ultrapassados em 25%; _____



- A avaliação final dos/as trabalhadores/as avaliados/as pelos parâmetros "Objetivos" e "Competências" resultará da média ponderada dos resultados obtidos em ambos os parâmetros, da seguinte forma: _____

•Parâmetro "Resultados" – 60%; _____

•Parâmetro "Competências" – 40%. _____

- Sempre que se verifique necessário proceder à avaliação do desempenho por ponderação curricular, esta deverá ser efetuada e apresentada ao dirigente máximo do serviço competente, devendo esta avaliação ser solicitada até 31 de dezembro de 2025. _____

- As propostas de avaliação não deverão ultrapassar a quota máxima de 30% de desempenho de Muito Bom, bem como a quota máxima de 30% de desempenho de Bom, no conjunto dos serviços, devendo em regra ser distribuídos proporcionalmente por todas as carreiras tendo por referência o universo dos trabalhadores que, tendo pelo menos 6 meses de serviço efetivo em contato funcional com os respetivos avaliadores, tenham objetivos contratualizados, devendo cada avaliador respeitar a percentagens máximas apresentadas. _____

- As quotas de diferenciação de desempenho serão aferidas por categoria profissional, a distribuir por todas as Divisões e Unidades Orgânicas. _____

Paços do Concelho de Montalegre, 12 de dezembro de 2025. _____

A Presidente da Câmara Municipal - (Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves).” _____

Este documento, fica arquivado junto a esta ata sob a forma de doc. n.º29. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a proposta acima referida, consubstanciada na aprovação da missão, visão e valores da autarquia, bem como os objetivos estratégicos para o ano de avaliação de desempenho de 2026, nos três subsistemas – SIADAP 1, SIADAP 2 e SIADAP 3. _____

À Divisão Administrativa para os devidos efeitos. _____

3.13. CONTRATO-PROGRAMA ENTRE OS MUNICÍPIOS DE BOTICAS, CHAVES, MONTALEGRE, RIBEIRA DE PENA, VALPAÇOS E VILA POUCA DE AGUIAR E EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, SA - MINUTA – PROPOSTA. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, o assunto mencionado em epígrafe, constituído por um documento, titulado por um contrato-programa a celebrar entre os municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e a EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA., no quadro da sua missão e do seu objeto social, bem como, no âmbito da promoção do desenvolvimento urbano e rural intermunicipal, o qual para os devidos efeitos se dá aqui como integrado e reproduzido para os devidos efeitos legais. _____



Em anexo a este contrato encontra-se o Parecer Prévio do Fiscal Único sobre o contrato programa a celebrar. _____

Este documento, fica arquivado junto a esta ata sob a forma de doc. n.º30. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor e três votos contra dos senhores vereadores do Partido Social Democrata, aprovar o contrato-programa a celebrar entre os municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e a EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA.. _____

Os senhores vereadores da oposição apresentaram uma declaração com a justificação do voto contra que sobre este assunto, relevando o mesmo quanto à sua fundamentação, para a votação a expressar no mesmo sentido para o ponto seguinte da ordem de trabalho. _____

“Declaração de Voto _____

Os vereadores eleitos pela coligação PSD/CDS-PP de Montalegre justificam o seu voto relativamente à minuta do contrato-programa da EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, com o município de Montalegre, nos seguintes termos: _____

1.Coerência da posição do PSD A nossa posição mantém-se clara, objetiva e coerente com votações anteriores. A EHATB foi criada com mérito para aproveitar os recursos naturais da região, gerando receitas próprias que reforçavam os orçamentos dos seis municípios que a integram, em benefício do desenvolvimento urbano e rural. _____

2. Desvirtuação do modelo inicial Com o tempo, verificou-se uma alteração ao propósito original, através do financiamento de eventos e obras municipais por via dos chamados “contratos-programa”. Estes mecanismos, que permanecem nos estatutos agora submetidos a votação, têm revelado falta de transparência e levantado dúvidas quanto à sua legalidade. _____

3.Distribuição de lucros Entendemos, contudo, que os lucros da empresa deveriam ser distribuídos no final de cada exercício, em forma de dividendos, conforme previsto aquando da criação e constituição da EHATB. _____

4.Discordância quanto ao método Não estamos contra as obras em si, antes pelo contrário, mas discordamos do princípio e do método consagrado na presente minuta de contrato-programa entre a EHATB e o município de Montalegre. _____

Assim, após apreciação crítica e em coerência com posições já assumidas em mandatos anteriores, os vereadores eleitos pela coligação PSD/CDS-PP de Montalegre votam contra a minuta do contrato-programa da EHATB apresentada para deliberação. _____

Os Vereadores eleitos pela Coligação PSD/CDS-PP _____

Montalegre, 18 de Dezembro de 2025. _____



Sandra Manuela Justo Alves de Sousa - José Manuel Pereira de Carvalho - José João Afonso Carvalho de Moura." _____

À Divisão Administrativa para agendamento do presente assunto à próxima sessão do órgão deliberativo e notificação à EHATB, EIM, SA., das deliberações do órgão executivo e do órgão deliberativo. _____

3.14. CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTALEGRE E EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, SA - MINUTA – PROPOSTA. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, o assunto mencionado em epígrafe, constituído por um documento, titulado por um contrato-programa a celebrar entre o município de Montalegre e a EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA., no âmbito da promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas, da gestão urbana e da promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal. O referido contrato-programa, dá-se aqui como integrado e reproduzido para os devidos efeitos legais. _____

Em anexo a este contrato encontra-se o Parecer Prévio do Fiscal Único sobre o contrato programa a celebrar. _____

Este documento, fica arquivado junto a esta ata sob a forma de doc. n.º31. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor e três votos contra dos senhores vereadores do Partido Social Democrata, aprovar o contrato-programa a celebrar entre o município de Montalegre e a EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA.. _____

Os senhores vereadores da oposição apresentaram uma declaração com a justificação do voto contra que apresentaram sobre este assunto. _____

À Divisão Administrativa para agendamento do presente assunto à próxima sessão do órgão deliberativo e notificação à EHATB, EIM, SA., das deliberações do órgão executivo e do órgão deliberativo. _____

3.15. DESEMPENHO DAS FUNÇÕES DE FISCAL ÚNICO NA EMPRESA EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, SA – PROPOSTA. _____

Foi presente, para aprovação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe uma proposta, assinada pelo senhor Presidente do Conselho de Administração da empresa EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM. SA., propondo para o cargo de Fiscal Único, no âmbito do novo mandato dos órgãos sociais da referida empresa, que se iniciará em 1 de janeiro de 2026, a sociedade de revisores oficiais de contas "RSM& Associados, SROC" com sede na Avenida do Brasil, 15-1.º em Lisboa e escritório na rua da Saudade, n.º132-3.º 4150-862 Porto. _____



Este documento cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos, fica anexo ao maço de documentos desta ata sob a forma de doc. n.º 32. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, aprovar, por maioria, com quatro votos a favor e três abstenções apresentadas pelos senhores vereadores do Partido Social Democrata, a proposta acima referida, a qual indica para o desempenho das funções de Fiscal Único, relativo ao novo mandato dos órgãos sociais da EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM. SA., a sociedade de revisores oficiais de contas “RSM& Associados, SROC” com sede na Avenida do Brasil, 15-1.º em Lisboa. _____

À Divisão Administrativa para agendamento do presente assunto nos termos do n.º3 do artigo 26.º da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto, à próxima sessão da Assembleia Municipal. _____

3.16. PROTOCOLO PARA CONSTITUIÇÃO DE AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES PARA A CONTRATAÇÃO “DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM AT, MT, BTE, BTN E IP”- CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL –PROGRAMA DE CONCURSO, ANEXO I – DEUCP – CADERNO DE ENCARGOS – CONSUMO ANUAL – PROPOSTA. _____

Foi presente, para aprovação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe um Protocolo para Constituição de Agrupamento De entidades Adjudicantes a celebrar entre os municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e a Associação de Municípios do Alto Tâmega – AMAT, para a contratação de “Fornecimento de Energia Elétrica para as instalações alimentadas em AT, MT, BTE, BTN e IP”. A referida contratação será efetuada através de um só procedimento que revestirá a modalidade de Concurso Público Internacional, cujas as peças procedimentais do mesmo, tais como, Programa de Concurso, Anexo I DEUCP, Caderno de Encargos e respetivo Consumo Anual, fazem parte da proposta a aprovar, dando-se aqui todos estes documentos como integrados e reproduzidos para os devidos efeitos legais. Deste modo, analisada a viabilidade de concretização da aquisição em conjunto, por parte dos municípios constituintes da Associação de Municípios do Alto Tâmega relativamente ao Concurso Público Com Publicitação Internacional para o “Fornecimento de Energia Elétrica para as instalações alimentadas em AT, MT, BTE, BTN e IP” a câmara pronunciou-se nos termos da deliberação abaixo reproduzida. _____

Estes documentos cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos, ficam anexos ao maço de documentos desta ata sob a forma de docs. n.º34, 35,36 e 37 e 38. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a integração do Município, conforme possibilidade estatuída no artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, num agrupamento de entidades adjudicantes composto pelos Municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar e a entidade AMAT – Associação de Municípios do Alto Tâmega, com vista ao procedimento de formação de um contrato de



Fornecimento de Energia Elétrica para as instalações alimentadas em AT, MT, BTE, BTN e IP, sendo o representante do Agrupamento de Entidades Adjudicantes a AMAT – Associação de Municípios do Alto Tâmega. Mais deliberou a Câmara Municipal, por unanimidade, autorizar que, constituído o Agrupamento, este nomeie a AMAT – Associação de Municípios do Alto Tâmega, como sua mandatária e que lhe sejam delegadas as competências necessárias para promover e praticar todos os atos e procedimentos necessários com vista ao lançamento do concurso – nomeadamente a elaboração das peças concursais e publicação de anúncio. Por último, mais deliberou a Câmara Municipal, por unanimidade, aprovar o texto e conteúdo do Protocolo para Constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes, aqui junto, em minuta, e delegar no respetivo Presidente a subscrição do referido Protocolo. _____

À Divisão Administrativa para agendamento do presente assunto à próxima sessão do órgão deliberativo. _____

XI**REUNIÃO PÚBLICA MENSAL**

(cfr. n.º 2 do artigo 49.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Embora, de acordo com o regimento do órgão, se tratasse de uma reunião pública, não se registou a presença de qualquer interessado/município, consequentemente não houve qualquer intervenção neste período. _____

XII**APROVAÇÃO DA ATA SOB A FORMA DE MINUTA**

(cfr. n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

XIII**ENCERRAMENTO**

E, nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu como encerrada a reunião, quando eram quinze horas e trinta e sete minutos, e para constar lavrou-se a presente ata, e eu, Maria Fernanda Dinis Moreira, na qualidade de secretária, a redigi e vou assinar, junto com a Senhora Presidente da Câmara Municipal. _____

A Presidente da Câmara _____



A Secretária da reunião _____



